

ANALFABETISMO E ESTIGMATIZAÇÃO: A FACE DO PRECONCEITO NAS REDES SOCIAIS

ILLITERACY AND STIGMATIZATION: THE FACE OF PREJUDICE IN SOCIAL NETWORKS

Edleide Santos Roza¹

Resumo: Este trabalho versa sobre a persistência da estigmatização do analfabeto na sociedade letrada no século XXI. Objetiva analisar como são classificados, na hodierna sociedade, os indivíduos não alfabetizados, na tentativa de desmistificar a concepção do analfabeto como ser "incapaz" ou "inferior", por não ter domínio da tecnologia da escrita. O surgimento do conceito de letramento contribuiu para minimizar o impacto social da escrita diante dos estudos sobre analfabetismo, no entanto, o preconceito contra o analfabeto ainda persiste e, atualmente, encontra-se disseminado também nas redes sociais de forma ainda mais voraz.

Palavras-chave: analfabetismo; redes sociais; estigmatização; letramento.

Abstract: This paper discusses about the persistence of the stigmatization of the illiterate in literate society in the 21st century. It aims at analyzing how non-literate individuals are classified in society in an attempt to demystify the conception of the illiterate as being "incapable" or "inferior", because they do not have mastery of the technology of writing. The emergence of the concept of literacy contributed to minimize the social impact of writing in the face of illiteracy studies, however, prejudice against the illiterate still persists and is now even more widespread in social networks.

Keywords: illiteracy; social networks; stigmatization; literacy.

Introdução

Este estudo versa sobre a persistência da estigmatização do analfabeto na sociedade letrada em pleno século XXI. Objetiva analisar como ainda são classificados, na hodierna sociedade, os indivíduos não alfabetizados, na tentativa de desmistificar a vilipendiosa concepção, já cristalizada, do analfabeto como ser "incapaz" ou "inferior", por não ter o domínio da tecnologia da escrita. Isso porque, na sociedade letrada, onde "a escrita é o produto cultural por excelência" (TFOUNI, 2000, p.10), os valores da leitura e da escrita estão impregnados em

¹ Mestra em Letras pelo ProfLetras da Universidade Federal do Sergipe (UFSE). Professora da Educação Básica. E-mail: edlsanroza@hotmail.com

todos os lugares e é impossível esquivar-se a sua presença. Consequentemente, aqueles que não sabem "ler" e "escrever" são alvo "da marginalização social que lhe é imposta pela sociedade letrada". (RATTO, 1995, p. 267).

Este estudo está voltado para a análise do preconceito contra o analfabeto, ou seja, aquele que não sabe ler, nem escrever por desconhecimento do próprio código escrito. (SOARES, 1998). No entanto, objetivando lembrar que, no Brasil, o analfabetismo é uma questão histórica e está atrelado à expropriação do direito à educação ou à educação de qualidade, em alguns trechos, menciona-se também o analfabeto funcional, ou seja, aquele que, apesar de dominar o processo de codificação e decodificação da escrita, não tem competência suficiente de leitura e escritura. (SOARES, 2004).

Tendo em vista uma melhor contextualização da temática abordada, discorre-se, no corpo deste trabalho, acerca do letramento como prática social, bem como sobre a alfabetização como uma dessas práticas, aquela que é exercida principalmente pela escola, "a mais importante das agências de letramento". (KLEIMAN, 1995, p. 20). Contudo, conforme prenunciado nas linhas iniciais deste tópico, o olhar estará voltado não para aqueles que detêm o poder (as classes dominantes), mas para aqueles que são marginalizados e dominados (as classes subalternas). Nesse grupo é que, geralmente, estão inseridos os analfabetos.

Apesar de possuírem concepções distintas, que serão analisadas mais especificamente adiante, ambos os termos – letramento e alfabetização – têm em comum a escrita, de modo que um se encontra imbricado no outro. "Uma forma de acabar com o etnocentrismo parece ser começar a considerar alfabetização e letramento como processos interligados, porém separados enquanto abrangência e natureza." (TFOUNI, 2000, p. 24-25).

Conforme esse autor, uma visão interseccionada desses dois conceitos vem corroborar para que classificações preconceituosas, oriundas da utilização das categorias "alfabetizado" e "não alfabetizado", sejam evitadas.

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita (Kleiman, 1991) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. (KLEIMAN, 1995, p. 15-16).

Mais adiante, no desenrolar deste trabalho, a análise conceitual dos vocábulos "letramento" e "alfabetização" será aprofundada à luz dos autores ora citados, bem como de

outros teóricos que contribuem para elucidar essa questão. Importa agora, ainda, a título das considerações iniciais, destacar o que disse Tfouni (2000, p. 21) acerca da escrita, elemento de intersecção desses dois termos: "A ausência tanto quanto a presença da escrita em uma sociedade são fatores importantes que atuam ao mesmo tempo como causa e consequência de transformações sociais, culturais e psicológicas às vezes radicais."

Produto cultural da humanidade, com existência há cerca de 5.000 anos, a escrita foi elevada, nas sociedades letradas, ao "status" de elemento de distinção usado para caracterizar "quem sabe" e "quem não sabe", "quem pode" e "quem não pode". Os indivíduos geralmente classificados dentro do primeiro elemento de cada um desses pares são os alfabetizados. Dentro do segundo, os não alfabetizados.

Neste estudo, destaca-se o caráter estigmatizador desse último rótulo dentro das sociedades industrializadas, tecnológicas, bem como se mostra a importância do surgimento do termo *letramento* para a minimização dessa concepção pejorativa do analfabeto como ser "inferior", "incapaz". Destaca-se também, na parte metodológica e na análise dos dados, o modo como o preconceito, por vezes, velado no meio social, ganha explicitude e voracidade nas redes sociais. Para finalizar, expõe-se como é visto, dentro da sociedade letrada, o indivíduo que não possui o domínio da tecnologia da escrita, ou seja, que não sabe ler, nem escrever.

Este estudo foi dividido em cinco partes centrais intituladas: (1) "A onipresença da escrita"; (2) "O conceito de letramento"; (3) "O analfabeto na sociedade da escrita"; (4) "Metodologia"; e (5) "Análise das situações e dos dados numéricos/discussão dos resultados".

1 A onipresença da escrita

Nas sociedades industrializadas, tecnológicas, a escrita é tão presente em tudo que seu uso passa até despercebido para o grupos letrados que a usam rotineiramente. Ela permeia todas as atividades humanas, desde uma simples compra no supermercado, ou mesmo a tomada de uma condução para ir ao trabalho, à produção e uso dos mais avançados aparelhos celulares com ultramodernas configurações de uso pessoal ou profissional. Infelizmente, ela também está atrelada as relações de poder e dominação que estão por trás da utilização restrita ou generalizada de um código escrito. Nesse sentido, acaba tornando-se causa de discriminação, separando aqueles que sabem ler – alfabetizados – de um lado, daqueles que não sabem ler – não alfabetizados – do outro.

Graças, porém, aos avanços dos estudos na área do letramento, com o transcurso dos anos, passou-se a perceber que o próprio conceito de alfabetização, domínio da tecnologia da escrita por um indivíduo, não contemplava mais os múltiplos usos e práticas da escrita existentes nas sociedades tecnológicas. Kleiman (1991) assinala acerca do “impacto social da escrita” que difere do conceito de alfabetização cujo sentido refere-se às competências individuais de uso do código alfabético escrito.

Os conceitos de alfabetizado ou não alfabetizado, ou os próprios termos “letrado ou “iletrado”, anteriormente utilizados como seus respectivos sinônimos, não envolviam em seu bojo a imensa multidão daqueles que sem serem “alfabetizados” ou “letrados”, isto é, sem terem domínio do processo de codificação ou decodificação da língua escrita, faziam uso desta no seu dia a dia em suas práticas sociais.

O termo letramento vem, portanto, dizer dessa influência da escrita sobre a vida das pessoas nas sociedades letradas, quer sejam elas alfabetizadas ou não. Todavia, apesar da sua abrangência, envolvendo até mesmo o conceito de alfabetização, este não se extinguiu. Ele diz especificamente de uma das formas de letramento, geralmente, aquela transmitida pela escola.

Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupava-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, qual seja, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. (KLEIMAN, 1995, p. 20).

Percebe-se, pois, que diferente do termo letramento sempre associado à prática social dos usos da escrita, o conceito de alfabetização está relacionado à “competência individual” de apropriar-se, por meio da escola, do código escrito da língua. Assim sendo, todo e qualquer indivíduo que não detenha o domínio do código escrito será ele mesmo responsabilizado por essa falta, uma vez que não teve competência para adquiri-lo. Logo será visto como “incompetente” ou “incapaz”. Essa visão é imensamente injusta por desconsiderar os fatores político-sociais que concorrem para a existência do analfabetismo mesmo em pleno século XXI.

Vale ressaltar que, se o conceito de analfabetismo ainda existe, e é aplicável, apesar de tantos avanços científicos e tecnológicos, ao menos no plano conceitual, ele perdeu um pouco do seu poder estigmatizador. O conceito de letramento permitiu a compreensão de que, em uma sociedade letrada, ninguém fica à margem do processo, não se devendo falar em pessoa incompetente ou incapaz apenas em função do fato de ser detentora ou não do domínio do

código escrito. Entretanto, no âmbito social, essa concepção pejorativa ainda persiste e o analfabeto continua sendo visto como "inferior".

Ratto (1995, p. 275) bem soube captar na voz de um não escolarizado a angústia de se sentir menosprezado: “o analfabeto não é assim ingênuo como parece”. O termo “ingênuo” traduz o “ele não é capaz como nós”, pressuposto existente na visão daqueles que pertencem ao mundo escolarizado. Resta, portanto, aprofundar a reflexão de como ainda são caracterizados os indivíduos ou grupos não alfabetizados dentro da sociedade da tecnologia, cujos modos de produção e cultura estão impregnados pelos valores da leitura e da escrita.

Para mim não é problema porque o importante é fala. Eu me sinto inferiô na hora de escrevê porque eu quero elaborá um documento e tenho que pedi para outras pessoas e se eu soubesse mesmo escrevê eu mesmo elaborava e escrevia aquilo que eu mesmo tenho vontade de falá pros governante ... né... e quando a gente pede pras outra pessoa elas distorce as palavra ... né... vem com palavras dífice pra manipulá e a gente não entende nada. (RATTO, 1995, p. 277).

Essa fala, transcrita por Ratto (1995), mostra a existência de um conflito de identidade por parte de uma líder comunitária que diz não se garantir na sociedade. É notória sua angústia. Ela se sente cerceada em seu discurso tanto diante dos “governante”, aqueles que socialmente exercem uma posição superior a sua, de domínio ou autoridade, como diante daqueles que dominam a tecnologia da escrita e “vem com palavras dífice pra manipulá”.

Antes, porém, de aprofundar ainda mais na análise dessa questão, que é o objeto central deste estudo, para melhor fundamentá-la, é primordial rever o que dizem alguns teóricos sobre a questão do letramento e da alfabetização.

2 O conceito de letramento

Segundo Ângela Kleiman (1995), o termo “letramento” foi cunhado por Mary Kato, em 1986. É um conceito bastante amplo e complexo que engloba em seu bojo diversos estudos. Letramento é “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. (KLEIMAN, 1995, p. 18-19).

Soares (1998, p. 72) partilha com Kleiman dessa mesma concepção ao atrelar letramento à prática social e não à habilidade individual: “Letramento não é pura e

simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em contexto sociais."

Tfouni (2000, p. 20) reforça: "Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade." Aqui também se faz presente o vínculo entre letramento, escrita e prática social. A própria escrita em si já se constitui em uma prática social a ser adquirida e utilizada pelos indivíduos que compõem as sociedades letradas.

Mortatti (2004, p. 41-42), à luz de três grandes dicionários² classificados como marcos dentro do estudo da língua portuguesa, faz uma análise minuciosa da evolução do termo de "analfabeto" a "letramento". Ela concluiu que "a (pouca) evolução dos significados dessas palavras nos dicionários escolhidos indica a tendência fortemente acentuada nas últimas décadas de se ampliar a definição de saber ler e escrever", bem como de se ampliar os estudos sobre letramento, termo bastante complexo que antecede o domínio do código escrito pelo indivíduo, perpassa esta condição e vai além, projetando-se na prática social, sendo por ela validada ou até mesmo justificada.

Conforme essa autora, de acordo com o Houaiss, o surgimento no Brasil da palavra "letramento" foi enormemente influenciado pela expressão "lectoescrita". A definição a seguir, apresentada pelo referido dicionário, foi extraída de um ensaio assinado por Venesky.

Lectoescrita é a capacidade mínima de ler e escrever em uma determinada língua, assim como também é uma direção para o pensamento ou um modo de pensar o uso da leitura e da escrita no dia-a-dia. A lectoescrita difere do simples ler e escrever porque pressupõe um entendimento do uso apropriado dessas capacidades dentro de uma sociedade que está fundamentada no texto impresso. (VENESKY apud MORTATTI, 2004, p. 44-45).

A relação estabelecida entre letramento e os usos feitos da leitura e da escrita no cotidiano é notória. Desse modo, evidencia-se, consoante Rojo (2009, p. 98), que "o termo *letramento* busca redescobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira [...] recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho,

² A autora refere-se ao (*Grande*) *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Antônio Moraes Silva, que teve dez edições entre 1789 e 1949 e é considerado um modelo para os demais dicionários de língua portuguesa; ao *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que teve três edições, com muitas reimpressões, entre 1975 e 1999; e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, publicado em 2001.

mídias, escola etc)”. Torna-se, portanto, distinto do termo *alfabetismo* que "tem um foco individual, bastante ditado pelas capacidades e competências (cognitivas e linguísticas) escolares e valorizadas de leitura e escrita numa perspectiva psicológica". (ROJO, 2009, p.98).

Estabelecida a distinção entre esses dois campos conceituais, resta destacar que, se o termo letramento tem o foco na prática social, nos usos que são feitos da escrita pelos indivíduos integrantes das sociedades letradas, então, nesse sentido, o termo “iletrado” deixa de existir. “Não existe, nas sociedades modernas, o grau zero de letramento.” (TFOUNI, 2000, p. 23). Isso porque nenhum indivíduo fica imune à onipresença da escrita na sociedade letrada.

Essa breve exposição sobre o conceito de letramento, conforme concebido por alguns estudiosos brasileiros e estrangeiros, serviu para alicerçar a problemática levantada neste estudo: Afinal, no seio das sociedades letradas, onde o uso da escrita é estabelecido como prática social por excelência, como são caracterizados aqueles que não passaram pelo processo de apropriação do código escrito ou, se passaram, não lograram êxito?

3 O analfabeto na sociedade da escrita

"Toda vida tive vontade de vim enfrentá minha vida no Estado de São Paulo e vim aqui pra São Paulo... cheguei e fui trabalhá em Limeira... Num tenho estudo mas tenho inteligência." Esse depoimento de um analfabeto, reproduzido por Ratto (1995, p. 276), evidencia a relação estabelecida entre “estudo” e “inteligência”. O emprego da adversativa “mas” anuncia um desfecho contrário ao esperado. Logo, vale perguntar: De onde se origina essa concepção de que apenas o indivíduo que estuda, ou seja, que é escolarizado, é inteligente? O que dizer então daquele que não possui estudo? Evidente: Não é inteligente. Essa é a concepção cristalizada que está implícita na afirmativa: "Num tenho estudo mas tenho inteligência". O analfabeto é visto, portanto, como um indivíduo desprovido de inteligência.

Outro nítido exemplo da existência de uma concepção preconceituosa, cristalizada no seio da sociedade letrada que vê o analfabeto como ser inferior, foi uma propaganda transmitida pela televisão brasileira nos anos 90. Nela, pouco a pouco, o rosto de um garoto sofria uma mutação, passando de humano a chipanzé. Enquanto esse processo ocorria, o seguinte texto ia sendo recitado: "Todo ser humano para ser totalmente humano precisa de educação e instrução,

esse é um direito que nunca lhe deve ser negado porque todas as vezes que esse direito é negado um ser humano não é mais humano." (RATTO, 1995, p. 270).

Se o discurso citado foi uma tentativa de sensibilizar para a importância da escolarização e alfabetização, por outro lado deixou clara a associação “sem instrução” – “primata”. Todavia, nenhum ser humano regride à condição primitiva por não ter alcançado a educação formal. Ele só não sabe ler nem escrever, ou seja, não foi alfabetizado. De onde provém então o sentido extremamente negativista e cruel de tal comparação? Talvez daqueles que, detendo o poder, detêm também o comando das instituições oficiais de alfabetização, em primazia a escola, e procuram justificar, por meio do sucesso nela obtido, o “status” social que alcançaram. É a justificação da hegemonia de uma classe pela veiculação de uma ideologia.

É fato incontestável que a escola institui a variedade padrão (cult) da língua como a única legítima [...] em detrimento das demais variedades. A escrita, como representante deste padrão, é um dos instrumentos utilizados para manter o “status” da escola e de muitos dos setores da sociedade e, assim, os padrões sociais e culturais que lhe dão sustentação reforçam toda a estrutura de um sistema social em que prevalecem o poder e a autoridade nas relações sociais. (LOPES, 2006, p. 28).

Entretanto, por mais importante que seja, por parte de cada indivíduo, em uma sociedade letrada, dominar a tecnologia da escrita, não se pode afirmar que ela seja crucial para a existência humana na terra, nem que seja o parâmetro fundamental para destituir um indivíduo de sua primeira, maior e inexorável condição – ser humano – e reduzi-lo a um animal irracional. Se assim fosse, como seria explicada a existência do homem na terra antes da escrita, lembrando que, historicamente, a escrita data de cerca de 5.000 anos antes de Cristo e a vida humana vem de eras Pré-históricas?

O próprio uso do termo Pré-história começou porque, em dado momento, acreditou-se que a recuperação dos dados históricos de qualquer sociedade só poderia ser feita se ela dominasse a escrita. E, durante muito tempo, esta foi considerada a única fonte confiável de registro das experiências humanas. Esse pressuposto classificou a tradição oral, as pinturas, os costumes do dia a dia como representações pouco confiáveis. Foi assim que a escrita tornou-se o marco divisório entre História e Pré-história.

Desse modo, desde o princípio, o termo *escrita* foi associado a *confiança*. Esse sentido, de certa forma, conseqüentemente, passou também a ser atribuído aos indivíduos que detinham seu domínio e os que não possuíam foram relacionados à expressão “não confiável”.

Daí a ser rotulado de “incapaz”, “incompetente” e “inferior” é um processo quase que automático, não retirando, evidentemente, a intenção ideológica existente por trás da implantação de tais conceitos.

Essa teoria da escrita como elemento divisor dos termos História e Pré-história atualmente passou a ser contestada. Afinal, os homens que não sabiam escrever também tiveram história. Eles viviam, comiam, faziam objetos, tinham seus costumes e valores. Hoje se concebe que não é preciso o documento escrito para se fazer a pesquisa histórica de determinada sociedade. Outros elementos da cultura, como a tradição oral, os objetos, as pinturas, os costumes do cotidiano, têm servido ao trabalho do historiador tanto quanto a escrita e passaram a configurar fontes seguras, confiáveis de registro histórico. Em decorrência desse fato, alguns historiadores preferem chamar a Pré-história de História dos povos pré-letrados ou povos ágrafos. (SOARES, 2013)³.

Obviamente, por meio dessa breve análise, não se pretende desconsiderar o mérito da escrita para a existência das civilizações modernas tal como hoje estão constituídas, com inegáveis avanços científicos, tecnológicos e psicossociais. Isso seria uma incongruência colossal. Como afirma Tfouni (2000, p. 14): “A escrita pode ser tomada como uma das causas principais do aparecimento das civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial da sociedade nas quais foi adotada de maneira ampla.”

Todavia, não se pode negar a existência das sociedades ágrafas, profundamente organizadas, tanto em suas relações culturais, sociais, políticas, econômicas, quanto em suas relações com o meio natural. Nelas, a transmissão do saber acontece pela prática social da oralidade. Vale ressaltar que “mais de 50% dos 7 bilhões da população da terra é constituído de povos ágrafos”. (SOARES, 2013, s/p).

Essa diminuta colocação acerca da existência das sociedades ágrafas foi apenas com o intuito de mostrar que, se existe uma essencialidade na aquisição da escrita por parte dos indivíduos, ela acontece tão somente dentro das sociedades tecnológicas, industrializadas, onde o registro escrito foi posto em total evidência, sobrepondo-se a oralidade e fazendo até se perder um pouco de vista os méritos desta enquanto forma de expressão natural humana.

³ Doutorando em Ciências da Educação, mestre em Sociologia, membro da AIL.

No campo específico da oralidade, segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, “a linguagem constitui uma ferramenta para o pensamento. Para ele o discurso permite, a priori, expressar um pensamento. É a função expressiva da linguagem que torna possível o primeiro modo de comunicação. Parte-se do princípio de que não há comunicação sem expressão. Este cientista lembra que Aristóteles distingue, basicamente, a voz do discurso. Voz e corpo são comuns ao homem possui discurso racional seguindo uma trajetória fonética. (SOARES, 2013, n. p.).

Dessa maneira, pode-se afirmar que, mesmo analfabeto, todo indivíduo possui um discurso e esse, sim, precisa ser reconhecido, valorizado e respeitado. Independentemente de seu modo de materialização – oral, por meio de fones ou fonemas; ou escrito, por meio de grafemas – é o discurso a característica primeira, inerente à condição humana e não a escrita. Esta constitui-se apenas em um modo de expressá-lo e, mesmo nas sociedades letradas, onde é concebida como o modo mais excelente de todos, vale lembrar, não é o único.

Talvez esse fato sirva para entender, em parte, como indivíduos não alfabetizados conseguem, em sociedades altamente letradas, alcançar êxito tanto na produção quanto na utilização dos bens culturais produzidos. Todos têm discurso. Todos são letrados. Alguns, por razões que ultrapassam os limites do individual e recaem principalmente no campo político-social, infelizmente, não sabem ler e escrever. No seio de uma sociedade letrada, seria importante se todos soubessem. Isso, certamente, aconteceria se todo processo de alfabetização atingisse o fim maior ao qual se destina: a libertação de todo homem e a transformação social do meio em que vive.

Desde os anos 80, Paulo Freire já atribuía à alfabetização a indelével função de desenvolver a consciência crítica do indivíduo e organizar reflexivamente seu pensamento, levando-o a agir a serviço da democratização da cultura e da libertação do ser humano.

Na medida que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social. (FREIRE, 1991, p. 68).

Seguindo esse pensamento freiriano, Rojo (2009, p. 107) lembra que um dos objetivos primordiais da escola, na perspectiva da alfabetização, é “possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramento) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática”. Todavia, na contramão desse intento, observa-se, nas sociedades letradas, a escrita sendo usada como instrumento de dominação e poder.

É inegável que o acesso ao mundo da escrita e da escolarização tem seu peso, pois, tal como sugere Cook-Gumperz (1986), esse acesso contribuiu para que houvesse uma divisão da sociedade: de um lado estariam os escolarizados e, do outro, os não escolarizados. Com isso construiu-se uma nova forma de crescimento do controle e do poder sobre ambos os grupos. Sob a alegação, pois, de que a escola e o conhecimento da escrita ali adquirido ofereceriam ao cidadão a oportunidade para que ele pudesse se revestir de qualidades que o distinguiria dos demais, a autoridade subjuga, controla e domina o indivíduo. (LOPES, 2006, p. 28).

Ainda nesse sentido, Kleiman (1995) cita Street para mostrar como as diversas práticas de letramento existentes em contextos tão diferenciados são diferentemente valorizadas e dão a seus participantes poderes também diversos. Esse autor revela a existência de duas versões de letramento: a autônoma e a ideológica. A primeira concebe o letramento como processo automático, consequência do progresso, da civilização e da mobilidade social. A segunda “vê as práticas de letramento como indissolúvelmente ligadas às estruturas culturais e de poder da sociedade”. (STREET apud KLEIMAN, 1995, p. 38).

Em conformidade com essa reflexão de Street, Soares (1998) discute acerca de uma versão fraca e de uma versão forte de letramento. A primeira, ligada ao enfoque autônomo, está relacionada aos meios de adaptação da população às necessidades e exigências do uso da leitura e da escrita no dia a dia. A segunda, atrelada ao enfoque ideológico, diz respeito à versão transformadora, crítica, do letramento, haja vista que contribui para o resgate da autoestima e para a construção de identidades fortes. Esta versão pode ser também vinculada à visão paulo-freiriana de alfabetização anteriormente exposta.

Percebe-se, portanto, que o letramento não acontece apenas de modo automático ao se fazer uso da escrita, quer seja alfabetizado ou não, nas práticas sociais do dia a dia. Existe uma forma de letramento institucionalizado – a alfabetização promovida pela escola – que leva a classificação dos indivíduos em alfabetizados ou não alfabetizados com todas as implicações sociais que tais rótulos contemplam.

Mediante o exposto, em consonância com Street (apud ROJO, 2009, p. 102), faz-se necessário considerar “o reconhecimento dos múltiplos letramentos [...] interrogando-se quais são dominantes e quais são marginalizados ou de resistência”, de modo que uma postura mais ativa, de combate, seja assumida e estereótipos sejam quebrados.

Hamilton (2002:4) chama os letramentos *dominantes* de “institucionalizados” e os distingue dos letramentos locais “vernaculares” (ou “autogerados”) [...] Os letramentos dominantes são valorizados legal e culturalmente, são poderosos na proporção do poder da sua origem. Já os chamados *letramentos “vernaculares”* [...]

têm sua origem na vida cotidiana, nas culturas locais. Como tal, frequentemente são desvalorizados ou desprezados pela cultura oficial e são práticas, muitas vezes, de resistência. (ROJO, 2009, p. 102).

Verifica-se, portanto, a existência de uma conotação político-ideológica no seio do letramento fazendo com que esse conceito passe a ser plural: “letramentos”, conforme afirma Rojo (2009). Isso implica o fato de que ela precisa ser cada vez mais evidenciada, de modo que o teor excludente e marginalizador que traz imerso em seu bojo seja posto à luz e seja, conseqüentemente, combatido até a mais completa extinção.

4 Metodologia

Na introdução desta parte faz-se necessário destacar uma colocação de Passarelli (2012, p. 33): "Por causa das formas de comunicação virtual pós-Internet, diz-se que nunca se escreveu tanto como atualmente." Decerto, os textos postados nas redes sociais, nos blogues pessoais e tantos outros "têm elevado exponencialmente a interação pela linguagem verbal" como frisado pela autora.

Entretanto, “Se é dizendo a palavra com que, *pronunciando* o mundo, os homens o transformam” (FREIRE, 2005, p. 91, grifo do autor), nas redes sociais, longe da tão benéfica transformação social aludida por Paulo Freire da qual o ser humano, enquanto sujeito histórico (BAKHTIN, 2010), deveria ser, indiscutivelmente, o agente principal, os usuários têm se deparado, não raramente, com situações aviltantes, em nada construtivas, uma vez que impregnadas de preconceito contra negros, mulheres, idosos, homossexuais, pobres, analfabetos, nordestinos dentre outros. Neste estudo, interessar-nos-á a análise de algumas postagens concernentes às duas últimas formas de manifestações preconceituosas citadas. O termo preconceito aqui é tomado como concebe Vila Nova (2000, p. 62): “como imagens preestabelecidas para todos os indivíduos pertencentes a alguma categoria social, mediante a atribuição generalizada de qualidades de caráter positivas ou negativas”.

Conforme Galvão e Pierro (2007, p. 97), "O preconceito, disseminado diariamente na mídia e manifesto nas mais diversas situações de interação, é introjetado por aquele que não sabe ler nem escrever: vê-se como cego, sente-se um ignorante, aquele a quem falta algo para corresponder às expectativas sociais." Por isso, neste estudo, resolvemos voltar o olhar para a análise do preconceito veiculado nas redes sociais contra o analfabeto e, por extensão, ao nordestino, pejorativamente classificado como "burro", termo atribuído regularmente pelos

preconceituosos ao analfabeto, posto o índice de analfabetismo na região Nordeste ser o maior do Brasil.

De acordo com dados numéricos do IBGE (2015), o índice do analfabetismo no Nordeste (16,2%) correspondia ao dobro da taxa média do Brasil (8,0%). Contudo, se esse dado é alarmante, ele não se deve à condição cognitiva, individual, do nordestino, mas a uma dívida histórica, educacional e social, já "cantada em prosa e verso" por inúmeros estudiosos, poetas e poetisas, que não compete no espaço deste artigo pormenorizar.

Este trabalho foi construído a partir da leitura de textos bibliográficos e de uma pesquisa feita nas redes sociais por terem estas se constituído, nos últimos anos, em um espaço, ao tempo que disseminador, também desvelador do preconceito. No espaço virtual, manifestações estigmatizadoras têm se configurado com uma ferocidade evidente, às vezes, assustadora. Sentindo supostamente protegida sua face, ocultada pela tela do computador ou de outros dispositivos digitais possibilitadores da comunicação em rede, um número cada vez maior de pessoas tem usado o ciberespaço para expor abertamente frases, palavras, imagens, vídeos, retratando situações preconceituosas, concebidas e germinadas, indiscutivelmente, no mundo real, mas transpostas para o virtual. Criticados, muitos desses internautas, por medo de retaliação, deletam suas postagens. Tal atitude, no entanto, não apaga a marca do preconceito exposta que repercute, deixando perceber nitidamente sua face cruel, violenta, vil.

Segundo Matsuura (2017), um levantamento inédito realizado pelo projeto Comunica que Muda, iniciativa da agência Nova/SB, mostrou, em números, a face da intolerância do internauta brasileiro. Foram identificadas em um curto período de três meses, de abril a junho/2016, de 393.284 menções feitas a temas classificados como "sensíveis", a exemplo do racismo e homofobia, 84% delas com abordagem negativa, de exposição do preconceito e da discriminação. Matsuura destaca as palavras de Bob Vieira, diretor executivo da agência Nova/SB: "As redes sociais fazem nada mais que amplificar [...] reafirmar os preconceitos que as pessoas já têm." Nesse sentido, pode-se afirmar que as redes sociais têm, na direção oposta da disseminação do preconceito, contribuído também para revelar sua face oculta.

Para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, apesar da abrangência das situações encontradas, foram selecionados apenas quatro casos para uma análise mais pormenorizada, dada a dimensão discursiva passível de um artigo. Todavia, foram situações impregnadas de altíssimo preconceito que ganharam ampla repercussão na rede, culminando

em respostas contundentes, efetivadas pelos agredidos ou por comentaristas da página acessada, incidindo na retratação pública de alguns agressores que, tendo sua face revelada, começaram a temer retaliações violentas no âmbito real. Algumas dessas postagens, para além do espaço virtual, foram alvo de discussão na esfera jornalística, indo parar também na esfera judicial.

Como forma de enriquecer a diminuta amostra selecionada, primou-se pelo critério da diversidade do material coletado. Assim, foram tomados para análise uma imagem, uma enquete e dois vídeos. Publicados por Bráulio Bessa no *Youtube*, em resposta a postagens altamente preconceituosas direcionadas aos nordestinos, os vídeos serviram também para estabelecer, neste trabalho, um elo que possibilitou a discussão acerca do preconceito duplo sofrido pelo analfabeto nordestino. Para consecução deste estudo foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, porém, não foi dispensada a colocação de alguns gráficos que concorreram para melhor subsidiar a discussão pretendida.

5 Análise das situações e dos dados numéricos/discussão dos resultados

1º Caso: "Uma imagem fala mais que mil palavras"

O primeiro caso a ser analisado foi postado nas redes sociais por volta do ano 2015. Intitulado "Uma imagem fala mais que mil palavras", consiste na imagem de um receituário, postada pelo próprio médico, no qual ele escreveu: "Não existe peleumonia e nem raôxis!" Esse fato teve ampla repercussão na internet e inúmeras críticas foram feitas ao comportamento ético do médico que chegou até a ser afastado do hospital onde trabalhava. Para além da esfera virtual, o caso alcançou também a esfera jornalística e judiciária.

Vale ressaltar, porém, que, nesse caso, não foi somente a ética médica que foi "ferida" concernente ao sigilo ao qual faz jus o paciente ao ser atendido por um médico. A situação ultrapassa os limites da ética profissional e evidencia a falta de respeito em relação ao modo como o paciente pronuncia os termos "peleumonia" e "raôxis" ao invés de "pneumonia" e "Raio X". Este era um mecânico que, conforme o enteado Silva (apud VICTAL, 2017), "não teve estudo".

Na imagem postada, é nítido o preconceito linguístico no tocante ao modo do paciente pronunciar as palavras. Segundo Victal (2017), o enteado do mecânico, assim que viu a postagem, escreveu para o médico na rede social, afirmando que, independente dele ser doutor, não existe faculdade para formar caráter. Este, ao receber a crítica, apagou a foto. Apesar disso,

a imagem continuou sendo repassada e foi alvo de inúmeros comentários. Houve até quem defendesse o médico, dizendo que ele não havia exposto o nome do paciente. Neste caso, percebe-se o quanto a questão foi analisada apenas pelo ângulo da ética, desconsiderando o preconceito explicitado por meio de uma crítica cruel, despropositada, referente ao modo de falar do analfabeto. A respeito disso, a representação simbólica das gargalhadas do médico postadas na internet — "kkkkkkk" e "hahahahahahahahahahah" — por si somente, valem, conforme as próprias palavras do médico, "mais que mil palavras".

Esse caso é o primeiro analisado que ilustra muitíssimo bem a crítica de que é alvo o analfabeto por não saber pronunciar as palavras “corretamente”, de acordo com a norma-padrão. E, para não se pensar ser esse um caso isolado ou apenas uma atitude impensada de um médico, duas outras funcionárias também, por causa dos comentários preconceituosos que elas fizeram nessa mesma postagem, foram demitidas. “Tira minha pressão? Porque eu tenho *tiróide*” (grifo nosso) foi o comentário postado por uma delas, reproduzindo ironicamente a voz de outro paciente.

Um breve “passeio” pelos comentários feitos em defesa do médico e contra aqueles que são analfabetos, e por isso “não sabem falar direito”, pode confirmar não ser este um caso ímpar. Outras palavras citadas pelos comentaristas, a exemplo de “adevogado”, “mortandela”, revelam, além do preconceito linguístico, o preconceito social, pois as pessoas “formadas”, que falam “corretamente”, foram classificadas como “educadas e de classe” e as demais como pertencentes às “classes subalternas”, logo, não educadas e “sem classe”. Essa mesma matéria, contudo, serve para comprovar que, infelizmente, formação escolar nem sempre está vinculada à educação social e humanitária. A respeito disso, vale ainda destacar da própria matéria jornalística que divulgou esse fato a resposta dada por alguém identificado apenas como um morador:

Não podemos aceitar esse tipo de pessoa se julgando melhor do que outras pessoas que estão convalescente e não teve a mesma escolaridade que um cidadão que se julga melhor que outros seres humanos por causa de seu diploma, volta pra sua faculdade e aprende um pouco mais sobre Ética e cidadania. (Morador apud VICTAL, 2017, n. p.).

Na perspectiva crítica dialética, os homens são seres de relações e, em constante diálogo, não apenas compreendem a importância do seu poder de transformação social como também percebem a própria condição de serem modificados pelo meio em que vivem. Dessa forma, a relação do sujeito com a realidade constitui um enfrentamento ao qual deve responder

de modo original. Resta advertir, citando Freire (2006, p. 42), que "a resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente". A orientação dada pelo morador, referente a aprender "um pouco mais sobre Ética e cidadania", é procedente e deve ecoar na mídia em defesa da voz de milhares e milhares de analfabetos existentes neste país.

Desde 1948, com a declaração universal dos Direitos Humanos, a educação passou a ser um direito inalienável de todo cidadão. Mesmo assim, o analfabetismo continua sendo visto como resultado de uma experiência individual fracassada, culpa imputada ao indivíduo que não frequentou a escola e, se frequentou, não conseguiu aprender a ler e escrever. O preconceito contra o analfabeto decorre, muitas vezes, dessa concepção equivocada, fundamentada na ignorância concernente à dívida histórica da educação no Brasil e no desconhecimento do analfabetismo como fruto de processos de exclusão social e da violação de direitos coletivos.

Nas últimas décadas, é certo que a luta contra o analfabetismo no país tem feito este diminuir a cada ano. Contraditoriamente, porém, o fracasso do sistema educacional brasileiro que, por inúmeros motivos que não compete agora elencar, não consegue alfabetizar todos aqueles que adentram os muros escolares, ora produz o analfabetismo absoluto, ora, o funcional. Atualmente, é significativa a quantidade dos que entram na escola, mas nela não conseguem permanecer.

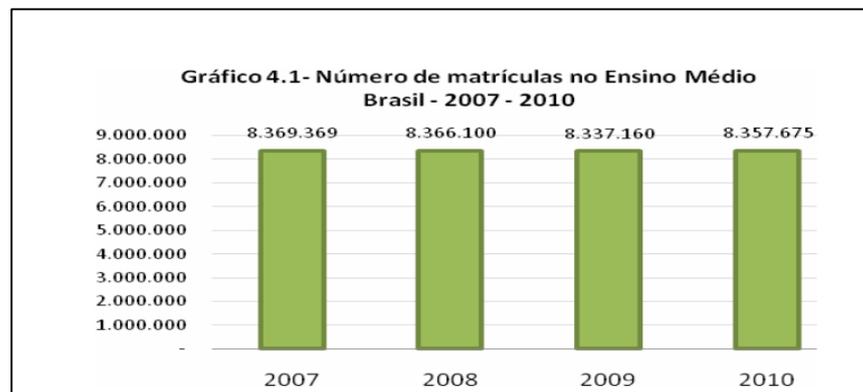
De fato, apesar do aumento na quantidade de alunos matriculados na rede de ensino de todo o país, um cruel e silencioso processo de exclusão vai, anos pós ano, afunilando o quadro de alunos ingressos, transformando-o em uma pirâmide, de modo que a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas em cerca de 1800 municípios brasileiros, isto é, muitos acabam ficando à margem do caminho, conforme pode ser observado nos dois gráficos apresentados a seguir.

Gráfico 1: Matrícula inicial e final do ensino fundamental – Brasil 2007 a 2010



Fonte: Censo escolar 2010.

Gráfico 2: Matrícula do ensino médio – Brasil 2007 a 2010



Fonte: Censo escolar 2010.

A leitura comparativa dos dois gráficos permite observar os números perversos da exclusão dentro do sistema escolar brasileiro. Enquanto o ensino fundamental, ao longo dos anos, registra uma média de quinze mil alunos matriculados, o ensino médio apresenta oito mil. Não nos cabe, decerto, neste trabalho, como frisado anteriormente, apresentar os porquês da exclusão. Estes, por si somente, requerem outro tipo de estudo bem mais profundo e acurado que o apresentado no momento. Os dados mostrados têm por fim apenas lembrar, aos supostamente esquecidos, a triste realidade do sistema educacional brasileiro. A seguinte citação de Fávero (2009, p.19) servirá, a título de conclusibilidade desta questão, para elucidar um pouco mais o já enunciado.

[...] campanhas e movimentos de massa não resolveram e não resolverão o problema do analfabetismo da população jovem e adulta. Ele tem raízes fundas na sociedade injusta e desigual. É gerado pela ausência e pela insuficiência da escolarização das crianças e adolescentes. Boa parte dos analfabetos jovens e adultos de hoje passou um ou dois anos na escola; aprendeu mal, mas aprendeu alguma coisa, esquecida pelo desuso. Muitos jovens de hoje estão saindo da escola sabendo mal: ler, escrever e contar. Continuamos oferecendo pobres escolas, para as camadas pobres da população (FÁVERO, 2009, p.19).

Diante dos dados números e bibliográficos explicitados, pode-se agora questionar se é procedente ou justificável condenar individualmente um cidadão brasileiro por não ter conseguido concluir a educação básica e, conseqüentemente, não fazer parte da classe dos "formados" e dos que sabem falar "corretamente"? Fato é que o preconceito linguístico é tão voraz que os analfabetos funcionais, não raramente, acabam também se tornando suas vítimas. Galvão e Pierro ([2007], 2017, n. p.) alertam: “A construção social dessa visão negativa das pessoas analfabetas é resultante de um processo histórico, e sua análise nos ajuda a mostrar que o letramento não é um bem universal, intrinsecamente positivo.”

No Brasil Colônia, quando a condição de analfabeto era compartilhada por escravos e senhores, elite e grupos populares, o analfabetismo não se configurava como elemento de distinção entre as classes sociais e, por conseguinte, não havia o preconceito a ele concernente. Quando nos fins do século XIX e ao longo do século XX, as elites nacionais passaram a dominar o código escrito e as camadas populares foram sendo deixadas à margem do processo educacional, o analfabetismo passou a fazer parte do discurso das classes dominantes com uma concepção pejorativa. (GALVÃO; PIERRO, 2007). E, culturalmente, essa concepção foi sendo introjetada. Apesar de longa, destacaremos outra colocação de Galvão e Pierro que ilustra muito bem o quanto é forte o estigma contra o analfabeto mesmo em meio a educadores.

[...] em um momento de formação de alfabetizadores de jovens e adultos, foi solicitado que as pessoas explicitassem a primeira idéia que vem à mente quando ouvem a palavra analfabeto. Uma análise dos significados das expressões mencionadas permite discernir um primeiro grupo de respostas que caracterizam o sujeito pelos atributos que lhe faltam: o analfabeto é alguém que não sabe ler e escrever, é alguém que não é capaz, não é preparado, não é informado, não é humanizado, não tem conhecimentos. As expressões que se referem às características que o sujeito tem são menos frequentes e carregadas de sentido negativo: ignorantes, dependentes, cegos, sofrendores, coitados e alienados. Menções a expressões positivas e valorizadas como cidadão, sabedoria e curioso configuram exceções a esse quadro mais geral [...] Esse rápido exercício permite constatar que a palavra analfabeto é carregada de significados negativos, pré-julgamentos e estigmas que permeiam as relações das pessoas com os que se encontram nessa condição. (GALVÃO; PIERRO [2007], 2017, n. p.).

Não obstante ser excluído do processo educacional e ser alvo de um cruel preconceito, às vezes velado no meio social, mas profundamente enraizado culturalmente, conforme comprovou a análise feita por Galvão e Pierro, o analfabeto vê-se também, a todo momento, ameaçado em relação a sua participação no processo político brasileiro. Além de não saber ler e escrever, não raramente, ele é visto como alguém incapaz de votar e ser votado. Constantemente, questiona-se se o direito ao voto, assegurado ao analfabeto pela Constituição

de 1998 deve ser mantido. Uma enquete feita nas redes sociais, segundo caso selecionado para análise neste estudo, deixa transparecer muitíssimo bem esse olhar excludente em relação àqueles que não sabem ler nem escrever.

2º Caso: A enquete: “Você é favorável que o analfabeto tenha o direito de votar ou o considera manipulável?”

A enquete postada na rede simplesmente perguntava: “Você é favorável que o analfabeto tenha o direito de votar ou o considera manipulável?” Todavia, essa não é uma pergunta tão simples assim de ser respondida, ou melhor, em uma nação verdadeiramente democrática, ela não deveria nem ser formulada. Uma educação de qualidade, além de proporcionar formação de conhecimentos disciplinares referentes às diferentes áreas do saber, deve assegurar aos cidadãos uma excelente formação ética, mantenedora dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade.

Postada nas redes sociais, essa enquete evidencia a concepção do analfabeto como “ingênuo”, “bobo”, um ser “manipulável”, conforme está implícito e explícito na própria pergunta. Ela traz em seu bojo, no mínimo, a existência de um questionamento acerca da capacidade do analfabeto de escolher seus representantes. Também levanta a hipótese de mais uma expropriação: a do “direito de votar”. E o analfabeto não é cidadão? E o analfabeto não sabe pensar?

Confunde-se, pois, a capacidade de ler e escrever com a função cognitiva de pensar, refletir, discernir, como se a sabedoria fosse uma instância diretamente subordinada às funções leitora e escritora. Dentre os comentários postados na enquete, encontra-se uma breve e clara concepção de analfabeto, feita por um comentarista anônimo, que foi reproduzida aqui para corroborar na conceituação do termo neste trabalho: “Analfabeto é aquele que não sabe escrever e não aquele que não sabe pensar!” E mais, no seguinte comentário, transcrito tal como posto na página acessada, a exclusão do analfabeto é denunciada com uma força ainda mais contundente: “Ants dele ser um Analfabeto ele eh um cidadão q poderá votar em um bom candidato e torcer q ele invista na educação e diminua a taxa d analfabetos.” Nessa fala é, portanto, revelada a crueldade da expropriação do direito de votar do analfabeto: além de não ter o direito à educação, ainda não é para ter direito de escolher representantes que possam tirá-lo dessa condição de exclusão social. E, por fim, em mais um dentre os vários comentários postados, a desvelação do preconceito existente por trás da própria enquete: “Que preconceito

barato... Claro q sim, é direito de todos votar! Há mtos analfabetos beeeem espertos por aí, mais do que muita gente que pensa ser culto."

Pode-se concluir, portanto, que são enormes as pressões sociais sofridas pelo analfabeto, tanto no meio real quanto no virtual, e maiores ainda devem ser as expressões de resistência à desvalorização sociocultural deste e de desmascaramento do preconceito velado. Grande também deve ser a força das táticas utilizadas pelo próprio analfabeto, cotidianamente, "para driblar as dificuldades advindas da inserção em uma sociedade grafocêntrica", conforme discernem Galvão e Pierro (2017, n. p.).

No vídeo "Dialeto Nordestino - Uma resposta ao preconceito", Bráulio Bessa (2017) dá uma demonstração cabal dessa expressão de resistência que devem nutrir aqueles que são contrários a esse modo desumano de marginalização, inerente a todo e qualquer tipo de comportamento preconceituoso, diga-se de passagem. Essa postagem consiste na terceira situação a ser alvo de discussão neste trabalho por dois grandes motivos: o primeiro é que, além de apresentar um resumo das críticas pejorativas postadas, ela dá uma resposta contundente à estigmatização feita; o segundo, ela permite observar o duplo preconceito existente contra o analfabeto nordestino.

3º Caso: O vídeo "Dialeto Nordestino - Uma resposta ao preconceito"

No vídeo postado, o poeta cordelista Bráulio Bessa (2017a) testemunha que, após postar em uma página na Internet a foto de uma tatuagem de uns versos de Patativa do Assaré que, conforme gestual do poeta, ele traz no braço, mais precisamente na altura do ombro, se surpreendeu ao dar uma olhada nos comentários, pois teve um rapaz que o criticou dizendo como ele tinha coragem de tatuar um poema de um "poeta *analfabeto* e que só escrevia e só falava errado". (Bessa, 2017, grifo nosso). Ora, seria uma profunda insensatez e até ofensivo, neste estudo, e em qualquer outro, fosse qual fosse o tamanho, a formulação ou até mesmo a tentativa de formulação de uma defesa do poeta Patativa em função de uma base acusatória de analfabetismo. Sua vida, sua história, sua contribuição à cultura e à literatura nordestina e brasileira, o reconhecimento nacional, que lhe valeu cinco títulos de *Doutor Honoris Causa* (ROZA, 2017) e até mesmo o reconhecimento internacional, recebido e merecido, deveriam ser o bastante para silenciar todos e quaisquer discursos preconceituosos. Porém, infelizmente, o preconceito contra o analfabeto existe e persiste, carecendo de atitudes responsivas

contundentes como a efetivada por Bráulio Bessa no referido vídeo: "A resposta a esse cidadão o próprio Patativa do Assaré já deu, quando disse: 'É melhor escrever errado a coisa certa do que escrever certo a coisa errada' ". (ASSARÉ, 2017).

Com essas palavras de Patativa, citadas por Bessa no mencionado vídeo, poder-se-ia encerrar essa singela, mas não diminuta tentativa de mostrar como o preconceito, normalmente velado na vida real, por vezes, por uma questão de mera proteção da face, ao apresentar-se na esfera virtual adquire uma forma mais impiedosa, explícita, direta, "vomitando" e vociferando ódio e desprezo. "O que a gente tem visto nas redes sociais é o acirramento do discurso de ódio, de intolerância às diferenças". (TAVARES apud MATSUURA, 2017, n. p.). Todavia, não se poderia concluir este escrito sem mencionar a quarta situação de preconceito denunciada por Bessa (2017b) no vídeo "Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente".

4º Caso: O vídeo: "Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente".

Essa postagem constituiu-se em uma resposta dada por Bráulio Bessa aos inúmeros comentários vilipendiosos, postados na rede, contra os nordestinos após o pleito eleitoral de 2014 para presidente, alguns fazendo clara alusão ao extermínio do povo nordestino e outros até sugerido a exclusão da região Nordeste do resto do Brasil. Um desses comentários aviltantes destacado por Bessa (2017b, grifo nosso) foi: "A solução para o Brasil é tão simples: é só excluir do Nordeste e toda essa gente *burra* e suja." A primeira resposta a essa colocação deplorável e duplamente preconceituosa pode ser dada recorrendo às seguintes palavras de Paulo Freire:

A palavra, nessas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. Por isto mesmo é que uma das características desta educação dissertadora é a 'sonoridade' da palavra e não sua força transformadora. (FREIRE, 2005, p. 65).

A segunda resposta dada foi a do poeta cordelista Bráulio Bessa que, por meio do vídeo postado, demonstra sua incredulidade ante o absurdo dos comentários feitos pelos navegadores preconceituosos que usaram as redes sociais para demonstrarem sua ojeriza aos nordestinos. Recitando os versos da canção *Nordeste Independente*, de autoria de Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, o poeta exalta o Nordeste e tenta combater a estigmatização verbalizada por meio dos impropérios postados nas redes, irrepetíveis nestas páginas.

Certamente, conforme mostram os dados numéricos apostos no início da parte metodológica deste artigo e como assinalaram Galvão e Pierro (2007, p. 97), "É exatamente na zona rural, no Nordeste, entre os mais pobres, entre os afrodescendentes e entre os mais idosos que se encontram as maiores taxas de analfabetismo." Todavia, esse fato não prova a culpabilidade destes, mas sim a marginalização sofrida, o descaso para com a região e, conseqüentemente, para com seu povo, por parte daqueles responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas neste país. Diante de tal constatação, resta apenas reafirmar o que ensinam as autoras mencionadas:

O jovem ou adulto que não sabe ler nem escrever não é incapaz, não é "puro" ou ingênuo, nem é uma criança crescida. O analfabeto é produtor cotidiano de riqueza material e cultural e não ignorante de saber [...] analfabetismo não é uma doença, não é uma chaga, não pode ser responsabilizado pelo atraso ou pelo desenvolvimento de uma sociedade. (GALVÃO; PIERRO [2007], 2017, n. p.).

Considerações finais

Na sociedade das tecnologias da informação e do conhecimento, o preconceito manifestado ou latente contra aqueles que não dominam os processos de codificação e decodificação da escrita pode até soar como uma consequência natural. Neste estudo, porém, explicitou-se a crueldade e a injustiça social nas quais incidem sua ocorrência, quer no meio real, quer no virtual, na tentativa de que contra-discursos sejam produzidos, contribuindo assim para o rompimento de estereótipos e estigmas. Para consecução desse propósito, a busca de uma compreensão mais aprofundada do processo de construção e legitimação dos preconceitos foi crucial.

A análise feita ao longo deste texto evidenciou que o discurso aqui apresentado não se põe em defesa do analfabetismo, nem tenta redimir a dívida social que está por trás de sua existência, ainda em pleno século XXI, nem menosprezar a importância da escrita dentro das sociedades letradas. Isso seria uma enorme e profunda insensatez. Este estudo se pôs em defesa do analfabeto, parte integrante da sociedade letrada e também sua vítima, haja vista o caráter altamente excludente e marginalizador desta em relação àqueles que não dominam a tecnologia da escrita.

Constatou-se que o surgimento do conceito de letramento contribuiu para minimizar o impacto social da escrita diante dos estudos sobre analfabetismo, no entanto, o preconceito

contra o analfabeto ainda persiste, encontra-se disseminado na mídia e também é vociferado nas redes sociais, apresentando nesta uma conotação ainda mais explícita e assustadora. Concluiu-se que a escrita, inegável fator de desenvolvimento das sociedades industrializadas, tecnológicas, continua sendo usada como elemento de dominação e poder a serviço da classe dominante, e que o analfabeto, além de ser vítima da injustiça social que é o analfabetismo, permanece sendo alvo da discriminação por parte de muitos daqueles que, favorecidos pelas “relações de poder e dominação”, conseguiram dominar a tecnologia da escrita.

Portanto, sem segregar, nem inferiorizar, o Estado deve possibilitar, sim, a todos os indivíduos de uma sociedade letrada o acesso à alfabetização. Por sua vez, enquanto essa meta não for alcançada, a sociedade deve tentar extirpar do seu bojo toda e qualquer forma de preconceito e desvalorização em relação ao analfabeto. Este não deve mais ser concebido como “inferior”, “incompetente” ou “incapaz”, muito menos como “primata”, em relação àqueles que, favorecidos pelas relações de dominação e poder, conseguiram adquirir o domínio da tecnologia da escrita. E isso deve ser feito sob pena das sociedades letradas, ditas “civilizadas”, continuarem a incorrer na maior das injustiças sociais: a segregação. Fato que vai de encontro ao que ocorria/ocorre nas comunidades chamadas “primitivas” onde tudo era/é colocado em comum.

É preciso que, cada vez mais, discussões acerca de letramento e analfabetismo sejam levadas ao meio educacional, como também partilhadas no seio da sociedade, de modo que sejam quebradas gradativamente as concepções impostas, cristalizadas, de analfabeto como ser inferior, desprovido de conhecimento cognitivo, logo, pouco apto ou inapto para participar ativamente dos mecanismos de produção e dos setores de posição de comando ou liderança na sociedade. Por outro lado, é preciso também que formas efetivas e eficazes de alfabetização sejam criadas, de maneira a dotar os indivíduos letrados, mas não alfabetizados, do domínio da escrita, uma vez que esta se tornou um bem de altíssimo valor social nas sociedades tecnológicas, industrializadas.

Esperamos que este estudo se torne mais um eco da voz daqueles que, conhecedores da existência de uma prática de letramento institucionalizada, ainda altamente seletiva, estão na resistência e vão na contramão das concepções preconceituosas, estigmatizadoras, cristalizadas no seio da sociedade letrada em relação ao analfabeto. Concepções estabelecidas de acordo com os valores daqueles que detêm o controle da sociedade – a classe dominante – retirados de seu

próprio seio, sem considerar nem a existência, nem os valores daqueles que estão na base da pirâmide: a classe dominada. Entendemos que a palavra “inclusão”, nunca tão em voga como agora, deve estender-se também ao analfabeto, auxiliando, respeitando, atendendo e compreendendo suas necessidades e limitações no tocante ao domínio da tecnologia da escrita, sem rotulá-lo de “inferior” ou “incapaz”, em suma, sem estigmatizá-lo.

Referências

ASSARÉ, Patativa do. *Pensador*. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/NTE2OTA4/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 5. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BESSA, Bráulio. *Dialeto Nordestino - Uma resposta ao preconceito*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=npErlIDE1xg&t=118s>>. Acesso em: 25 jul. 2017a.

_____. *Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0rBCKrgO3vg>>. Acesso em: 25 jul. 2017b.

BRASIL. *Censo Escolar 2010*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7272-div-censo-escolar2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de 60 anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (Org.) *Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis, RJ: DP et alii, 2009, p. 9 - 21.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Educação e mudança*. Tradução Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008b.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; PIERRO, Maria Clara Di. *O preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *O preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <<http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/1146-o-paiiooiiiito-iootaa-o-aalfabito-9426879>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLEIMAN, A. B. O letramento na formação do professor. In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL Porto Alegre 1992*. Goiânia: ANPOLL, 1991.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

LOPES, Iveuta de A. *Cenas de letramentos sociais*. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2006.

MATSUURA, Sérgio. *Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais, mostra pesquisa*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cultiva-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-mostra-pesquisa-19841017>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário L. *Educação e Letramento*. São Paulo: UNESP, 2004.

PASSARELLI, Lílian Ghiuro. *Ensino e correção na produção de textos escolares*. São Paulo: Telos, 2012.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto: In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 1995, p. 267-291.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Concepções não-valorizadas de escrita: a escrita como “um outro modo de falar”. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 1995, p. 65-89.

ROZA, Edleide S. Formação docente, ensino da língua e variação linguística. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10; FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11., 2017, Aracaju. *Anais 2017: "Educação, Base Nacional Comum Curricular e Formação do Professor"*, v. 10, n. 1. Aracaju: UNIT, 2017, n. p..

SOARES, Francisco L. *Sociedades ágrafas no sudoeste do Maranhão*. Disponível em: <<http://www.pesquisa-científica.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera M. (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003, p. 89-113.

_____. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: _____. *Letramento: Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 61-125.

TFOUNI, Leda V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2000.

VICTAL, Renata. *Médico debocha de paciente na internet: Não existe peumonia*. Disponível em: <G1.globo.com/sp/campinas-região/noticia/2016/07/medico-debocha-depaciente-na-internet-naoexiste-peumonia.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à sociologia*. 5. ed. rev. e ampl., São Paulo: Atlas, 2000.

Recebido em 31 de maio de 2018.

Aceito em 23 de outubro de 2018.